BANCO PAULISTA S.A. (CNPJ nº 61.820.817/0001-09)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2019

PSB/LD/CR/VGS 2332/20

BANCO PAULISTA S.A. Demonstrações contábeis Em 30 de junho de 2019 Conteúdo Relatório da Administração Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis Balanço patrimonial Demonstração do resultado Demonstração das mutações do Patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Paulista relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Resultado, Patrimônio Líquido, Ativos e Recursos Captados: O lucro líquido do Banco Paulista no semestre alcançou R\$ 14,4 milhões e o patrimônio líquido R\$ 234,3 milhões. Os ativos totalizaram R\$ 2,1 bilhões e estavam formados por R\$ 98,3 milhões de Operações de Câmbio, R\$ 422,8 milhões de Operações de Crédito e R\$ 492 milhões de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos. Os recursos Captados representam R\$ 2,6 bilhões.

Governança, Gerenciamento de Riscos e Recursos Humanos: O Banco Paulista conta com uma estrutura de Governança baseada em Comitês decisórios, na especialização funcional das Áreas e na segregação de funções.

O Banco Paulista vem adotando um conjunto de ações e medidas, que visam à proteção da Instituição, e que já estão contribuindo, efetivamente, para disseminação e promoção de medidas e boas práticas de gestão para a manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.

Motivado, principalmente, pela deflagração de nova fase da Operação Lava Jato, em que são investigadas operações de lavagem de dinheiro relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, cujos fatos foram divulgados na imprensa, o Banco, após o dia 8.5.2019, realizou importantes movimentos para o aprimoramento e o fortalecimento de sua Governança,

Dentre as ações, o Banco reafirma seu compromisso por um programa de Compliance efetivo e estruturado, que passou pela revisão e elaboração de novos mecanismos de controle, tendo sido já implementadas ações como: a) revisão do sistema de Governança, b) criação de um Canal de Ética, c) contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar o Departamento, d) sistema de monitoramento de transações e, e) novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

O Banco, diante dos fatos ocorridos e, por iniciativa da Administração, constituiu um Comitê de Investigação composto por membros independentes. Esse Comitê tinha a função de supervisionar a realização da auditoria forense que era conduzida pelo escritório Felsberg Advogados que, juntamente com a Control Risks Brasil, tinham a função de investigar a existência de eventual irregularidade sob os aspectos jurídicos, financeiros, processuais, informativos e tecnológicos.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação, onde não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objetos do auto de infração mencionado na nota explicativa 17.a, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica, restringida ao departamento de câmbio estando amparado pela investigação independente e seus assessores jurídicos.



Adicionalmente e de forma concomitante, o Banco iniciou a revisão de sua estrutura organizacional e do seu Estatuto Social com o objetivo de melhor adequação aos procedimentos internos implementados.

O compromisso da Administração do Banco Paulista visa, além de atender plenamente à legislação vigente, posicionar-se entre as empresas que possuem as melhores práticas de transparência, comprometendo-se a repassar ao mercado informações relevantes, tempestivas e fidedignas.

Agradecimentos: A Administração do Banco Paulista agradece aos clientes pela preferência e, acima de tudo, pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 14 de maio de 2020

A Administração



Tel.: +55 11 3848 5880 Fax: + 55 11 3045 7363 www.bdo.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Paulista S.A. São Paulo - SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião

Investigações independentes

Em função dos processos instaurados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Ministério Público Federal (MPF) a respeito das investigações conduzidas pelas autoridades públicas federais relacionadas à operação conhecida como "Operação Lava Jato - Disfarces de Mamom", conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.d., a atual Administração do Banco iniciou investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e exprestadores de serviços relacionados a essa Operação. A investigação contou com um comitê interno independente que orientou os trabalhos junto ao time de investigação conduzida por escritório de advocacia e empresa especializada em riscos, tendo sido iniciada em 15 de março 2019 e concluída em 26 de março de 2020, com seus resultados apresentados na Nota Explicativa nº 2.d. Esta investigação interna, não abrangeu outros prestadores de serviços que não os constantes das investigações conduzidas por autoridades públicas federais.

O processo investigativo apontou que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentavam evidências apropriadas e suficientes para corroborar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não estipulavam o racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores, o que resultou em auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) no montante de R\$ 55.586 mil, conforme nota explicativa nº 17.a. A RFB concluiu sua fiscalização em 3 de dezembro 2019, lavrando novo auto de infração em decorrência da finalização da fiscalização, tendo como base a glosa da dedutibilidade para fins de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda retido na fonte. Para esse auto, o Banco ingressou com processo de impugnação amparado por sua assessoria jurídica, que avaliou estas glosas com probabilidade de perda remota e possível, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 29.c, e na investigação realizada, que não identificou irregularidades para estas despesas.



Sobre o processo administrativo conduzido pelo BACEN, conforme notas explicativas nº 2.d e 29.d, os assessores jurídicos se posicionaram no sentido de que ainda não há informações suficientes para que se possa divulgar ou ainda determinar se uma provisão para perdas é requerida. Assim, as investigações realizadas, por não terem abrangido a totalidade dos prestadores de serviços, pode ainda depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, venham a ser requeridos como parte de todo o processo de investigação deflagrado. Adicionalmente, neste momento, não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, o que pode incluir novas sanções, nem os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2019 em função do estágio das investigações realizadas pelas autoridades públicas federais.

Documentação suporte de operações de câmbio

Em 30 de junho de 2019 o Banco possuía operações de câmbio registrados nas rubricas contábeis "Devedores diversos no país", "Depósitos a vista em moeda estrangeira", e "Pendências a regularizar - Câmbio" nos montantes de, R\$ 21.825 mil, R\$ 15.064 mil e R\$ 3.242 mil, respectivamente, para as quais não nos foram apresentadas documentações e/ou controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas, não tendo sido possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a correta apresentação daqueles valores. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre os efeitos destas limitações sobre as operações de câmbio e seus impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Circularização de instituições financeiras

Como procedimento de auditoria definido pela NBC TA 505 - Confirmações externas (circularizações) foram encaminhadas solicitações de confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras na data de 30 de junho de 2019. Até a data de encerramento dos nossos trabalhos de auditoria, não foram recebidas a totalidade das respostas de circularização, não tendo sido possível, através da aplicação de procedimentos de alternativos de auditoria, assegurarmos quanto a existência de outras operações que não aquelas registradas naquela data. Como consequência, não foi possível concluir sobre eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco findas naquela data, caso este procedimento tivesse sido concluído de forma satisfatória.

Circularizações de operações de crédito

Conforme Nota Explicativa nº 8, em 30 de junho de 2019 o Banco possuía operações de crédito no montante de R\$ 444.663 mil. Como procedimento de auditoria suportado pela NBC TA 505 - Confirmações externas (circularizações) foram encaminhadas solicitações de confirmações de operações para sua validação para de saldo com determinados clientes do Banco. Até a data de encerramento dos nossos trabalhos de auditoria, não recebemos respostas de circularização de operações que montam em R\$ 262.655 mil, sendo que também não nos foram disponibilizadas as respectivas liquidações financeiras destas operações, ou ainda controles internos que permitissem concluir sobre estes dois procedimentos por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre a necessidade de eventuais ajustes nos saldos de operações de crédito em 30 de junho de 2019 e seus impactos sobre as demonstrações contábeis do Banco nessa mesma data.



Reconhecimento de resultado

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 7.d e 20, no semestre findo em 30 de junho de 2019 o Banco reconheceu resultado com instrumentos financeiros derivativos e receita com prestação de serviços os valores de R\$ 12.244 mil e R\$ 32.130 mil, respectivamente, para as quais não foram apresentadas documentações e controles apropriados e suficientes que nos permitisse concluir sobre este montante, não tendo sido possível fazê-lo através de procedimentos alternativos de auditoria. Consequentemente, não nos foi possível determinar a necessidade de eventuais ajustes sobre este montante e seus respectivos impactos nas demonstrações contábeis do Banco referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

Continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.d, como consequência do processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 13 de abril de 2018, e processo de investigação do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do Banco no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Disfarces de Mamom", as atividades no mercado de câmbio começaram a ser encerradas no mês de abril de 2019, com a descontinuidade das atividades de importação de reais, tendo sido totalmente encerradas no mês de setembro de 2019, não tendo havido novas operações desde então, tendo sido essas operações responsável por cerca de 43% da receita do Banco no semestre findo em 30 de junho de 2019 e 51% no exercício de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2018. Dentro do processo de reestruturação societária, está em processo de homologação pelo BACEN, a redução de capital do Banco com entrega aos acionistas das ações de sua subsidiária integral conforme apresentado na Nota Explicativa nº 32. Estas questões, somadas à relevância dos assuntos mencionados acima, requerem que a administração continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, sobre o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.

Investimentos em controladas e coligadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, em 30 de junho de 2019 o Banco possuía investimentos de R\$ 70.491 mil na SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Companhia Investida"), representando 100% (cem por cento) do capital daguela investida. As demonstrações contábeis da "Companhia Investida" foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 14 de maio de 2020 continha abstenção de opinião devido ao assunto relacionado com a investigação realizada pela administração e pelos seguintes assuntos: i) Circularização de instituições financeiras brasileiras não recebidas em sua totalidade; ii) Disponibilidades em moedas estrangeiras sem evidencias de auditoria apropriadas e suficientes para emissão de opinião; iii) Operações de câmbio registradas nas rubricas contábeis "Carteira de câmbio - ativo", "Devedores diversos no país", "Carteira de câmbio - passivo", e "Comissões a pagar sobre operações de câmbio" para as quais não foram apresentados os respectivos contratos de câmbio e/ou outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes para suportar os saldos contabilizados; iv) Registro nas rubricas contábeis "Cotas de Fundos de Investimento", "Rendas a receber", "Taxa depositária do Tesouro Nacional" e "Credores diversos" sem apresentação de documentos suporte de tais registros; v) Reconhecimento de resultado com "títulos e valores mobiliários", "Receita de prestação de serviços", "Outras receitas operacionais" e "Outras despesas operacionais" sem apresentação de documentação suporte; vi) Insuficiência de provisionamento de contingencias junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no valor de R\$ 2.653 mil, líquido de efeitos tributários.

Como consequência não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos quanto a correta apresentação deste investimento em 30 de junho de 2019, assim como sobre o resultado de equivalência patrimonial referente ao semestre findo nessa mesma data no montante de R\$ 5.929 mil.



Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Nota Explicativa nº 7, em 30 de junho de 2019, o Banco possuía posições ativas em instrumentos financeiros derivativos relacionados com moeda estrangeira no montante de R\$ 1.383 mil, quando os extratos de custódia emitidos pelas corretoras nas quais estas operações foram realizadas indicaram que a posição do Banco era de R\$ 2.041 mil como posição passiva. Consequentemente, em 30 de junho de 2019, o ativo circulante do Banco está superavaliado em R\$ 1.383 mil, o passivo circulante está subavaliado em R\$ 672 mil, líquido de efeitos tributários, enquanto o patrimônio líquido e o resultado do semestre findo nessa mesma data estão superavaliados em R\$ 2.055 mil, líquido dos efeitos tributários.

Ênfases

Reapresentação das demonstrações contábeis

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.e às demonstrações contábeis, que descreve que, em decorrência de retificações de erro, os valores correspondentes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº4.007/11.

Incerteza relevante quanto a continuidade operacional de Fundo Investido

O Banco detinha em 30 de junho de 2019, cotas de Fundos de Investimentos em Participação nos montantes de R\$ 7.591 mil, sendo essas cotas do Industrial Parks Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo Investido"). As demonstrações contábeis do Fundo Investido referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2019 foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 26 de julho de 2019 com o seguinte parágrafo de Incerteza relevante quanto a continuidade operacional:

"Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 4, que evidencia que o Fundo possui investimentos nas Companhias GPR Empreendimentos (GPR20), GPR Empreendimentos (GPR23), GPR Empreendimentos (GPR28) e GPR Empreendimentos (GPR29), as quais encontram-se em fase de desenvolvimento de suas operações e ciclo de receitas ainda não iniciado. A obtenção de receitas pelas Companhias depende do sucesso das operações que estão em desenvolvimento, nesse contexto, até que as operações se tornem rentáveis, as Companhias dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros. Dessa forma, a continuidade operacional das Companhias depende do sucesso do plano desenvolvido pela administração. As demonstrações contábeis das Companhias não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou os valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função da resolução desta incerteza. Nossa opinião não contém modificações em função desse assunto."

Consequentemente, caso as ações desenvolvidas pela Administração das Companhias Investidas pelo Fundo Investido não se materializem, poderá o valor registrado neste investimento vir a ser diferente daquele estimado em 30 de junho de 2019. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes à 30 de junho de 2018

As demonstrações contábeis originais do Banco relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentadas para fins comparativos, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria emitido em 21 de agosto de 2018, continha ênfase sobre a reapresentação das demonstrações contábeis comparativas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017 em decorrência de retificações de erros. Essas demonstrações contábeis estão sendo reapresentadas conforme mencionado na nota explicativa nº 2.e. Esses ajustes foram auditados pelos mesmos auditores das demonstrações contábeis de 30 de junho de 2018, conforme demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2018, cujo relatório de auditoria foi datado em 02 de dezembro de 2019, sem modificação de opinião com relação à este assunto.

Auditoria dos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2018

As demonstrações contábeis do Banco relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria emitido em 02 de dezembro de 2019, continha abstenção de opinião referente aos seguintes assuntos:

"Investigação em andamento

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2.c, em função de processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil em 15 de junho de 2018 e processo de investigação do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do Banco, do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "Disfarces de Mamom", a Administração do Banco está adotando ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus colaboradores e administradores relacionados a essas alegações. Como a referida operação ainda se encontra em andamento, e as ações investigativas que estão sendo conduzidas pela Administração ainda não são conclusivas, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir sobre os eventuais impactos existentes nas demonstrações financeiras do Banco. Adicionalmente, neste momento, também não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras do Banco passadas e presentes.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 2 e 28.d, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinadas despesas e suas destinações, incluindo sua dedutibilidade no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - "IRPJ" e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - "CSLL" do período de 2013 a 2015. O Banco, como resultado de investigações internas, identificou pagamentos a empresas incluídas, direta ou indiretamente, na investigação "Disfarces de Mamom", durante os exercícios de 2013 a 2018. Os órgãos de governança do Banco autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses gastos e apurar tais alegações e, neste momento, não nos foram disponibilizadas as respectivas documentações suporte de forma a aplicarmos procedimentos de auditoria e, assim concluir sobre os eventuais ajustes, caso haja, nas demonstrações financeiras do Banco."



Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis do Banco de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 15 de maio de 2020.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS

Paulo Sergio Barbosa

CRC/2 SP/01384670-1

Contador CRC 1 SP 120359/0-8

Balanço patrimonial Em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	2019	2018 (reapresentado)
Ativo Circulante		1.337.836	2.508.942
Disponibilidades		301.605	443.243
Em moeda nacional	4	68.329	32.209
Em moeda estrangeira	4	233.276	411.034
Aplicações interfinanceiras de liquidez		528.894	1.186.536
Aplicações no mercado aberto	4/5	527.086	1.180.089
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	1.808	6.447
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		49.543	88.677
Carteira própria	6	33.743	84.346
Vinculados à prestação de garantias	6	14.417	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.383	4.331
Relações interfinanceiras		25.070	23.968
Pagamentos e recebimentos a liquidar		1.701	584
Créditos vinculados		23.369	23.384
Operações de crédito		243.765	257.728
Operações de crédito - Setor privado	8	252.543	264.697
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(8.778)	(6.969)
Outros créditos		186.443	505.489
Carteira de câmbio	9	98.272	347.066
Negociação e intermediação de valores		14.247	22.327
Diversos	10	74.301	136.877
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(221)	(781)
(-) Provisão sem característica de concessão de crédito		(156)	-
Outros valores e bens		2.516	3.301
Despesas antecipadas	11	594	387
Outros valores e bens	11	1.922	2.914
Realizável a longo prazo		666.250	689.662
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		442.409	450.422
Carteira própria	6	214.201	152.168
Vinculados a operações compromissadas	6	138.750	201.677
Vinculados à prestação de garantias	6/7	89.458	96.577
Operações de crédito		179.057	202.049
Operações de crédito - Setor privado	8	185.505	207.512
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(6.448)	(5.463)
Outros créditos		44.784	37.191
Diversos	10	44.784	37.191

	Notas Explicativas	2019	2018
AtivoContinuação Permanente		81.135	101 500
remanente	_	01.133	121.583
Investimentos		72.947	114.494
Participações em coligadas e controladas no País	12	70.491	112.674
Outros investimentos		2.708	2.072
(-) Provisões para Perdas		(252)	(252)
Imobilizado de uso		2.148	2.399
Imóveis de uso		957	957
Outras imobilizações de uso		7.398	7.734
(-) Depreciações acumuladas		(6.207)	(6.292)
Intangível		6.040	4.690
Ativos intangíveis	13	8.997	6.971
(-) Amortizações acumuladas	13	(2.957)	(2.281)
Total do ativo	<u> </u>	2.085.221	3.320.187

	Notas Explicativas	2019	2018 (reapresentado)
Passivo Circulante		1.384.505	2.737.528
Depósitos		464.670	630.265
Depósitos à vista	14	115.690	139.899
Depósitos interfinanceiros	14	104.081	156.332
Depósitos a prazo	14	244.899	334.034
Captações no mercado aberto		649.267	1.338.747
Carteira própria	15	138.387	198.816
Carteira de terceiros	15	510.880	1.139.931
Recursos de aceites e emissão de títulos		38.903	68.048
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias	16	38.903	68.048
Relações interdependências e interfinanceiras		46.412	170.573
Recebimentos e pagamentos a liquidar		379	280
Correspondentes		622	644
Recursos em trânsito de terceiros		45.411	169.649
Obrigações por empréstimos e repasses		10.090	39.219
Obrigações em moeda estrangeira	16	1.969	30.227
Repasses no País - instituições oficiais	16	8.121	8.992
Outras obrigações	<u> </u>	175.163	490.676
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		764	937
Carteira de câmbio	9	92.446	353.540
Fiscais e previdenciárias	17a	8.717	16.225
Sociais e estatutárias	18c	-	5.274
Negociação e intermediação de valores		52.868	46.793
Dívida Subordinada	17b	-	39.753
Instrumentos financeiros derivativos	7	362	-
Diversas	17c	20.006	28.154
Exigível a longo prazo	_	466.409	343.317
Depósitos		313.574	274.406
Depósitos a prazo	14	313.574	274.406
Recursos de aceites e emissão de títulos	<u> </u>	78.609	27.128
Recursos e letras imobiliárias, hipotecárias	16	78.609	27.128
Outras obrigações		74.226	41.783
Fiscais e previdenciárias	17a	41.045	6.929
Dívida Subordinada	17b	30.095	28.045
Diversas	17c	3.086	6.809
Patrimônio líquido		234.307	239.342
Capital Social - Domiciliado no país	18	206.300	193.500
Reservas de lucros		23.449	44.734
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos		4.558	1.108
Total do passivo		2.085.221	3.320.187

Demonstração do resultado Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Notas Explicativas	2019	2018 (reapresentado)
Receitas de intermediação financeira		173.974	188.842
Operações de crédito	8h	35.274	32.052
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e			
valores mobiliários		52.142	56.732
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	12.244	(3.476)
Resultado com operações de câmbio		74.314	103.534
Despesas de intermediação financeira	<u>-</u>	(84.829)	(85.328)
Despesas de captação no mercado	19	(71.529)	(70.240)
Operações de empréstimos e repasses		(9.289)	(12.110)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8e	(4.011)	(2.978)
Resultado bruto de intermediação financeira	-	89.145	103.514
Outras receitas (despesas) operacionais		(65.915)	(57.826)
Receitas de prestação de serviços	20	32.130	31.390
Despesas de pessoal	21	(40.755)	(29.386)
Despesas administrativas	22	(54.214)	(47.948)
Despesas tributárias		(8.904)	(8.466)
Resultado de participações em coligadas e controladas	12	5.929	5.698
Outras receitas operacionais	23	14.180	5.229
Outras despesas operacionais	24	(14.281)	(14.343)
Resultado operacional	-	23.230	45.688
Resultado não operacional		573	(1.545)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	-	23.803	44.143
Imposto de renda e contribuição social	25	(5.672)	(16.761)
Provisão para imposto de renda		(4.783)	(10.221)
Provisão para contribuição social		(2.425)	(8.388)
Ativo fiscal diferido		1.536	1.848
Participações estatutárias no lucro		(3.759)	(2.031)
Lucro líquido no semestre	=	14.372	25.351
Juros sobre capital próprio provisionado	. <u>-</u>	_	(5.274)
Lucro por lote de mil ações - R\$	-	48,22	88,88

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

			Reservas	de lucros			
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste ao valor de mercado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	177.000	16.500	9.109	15.548	1.855	-	220.012
Aumento de capital	16.500	(16.500)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-		-	-	-	25.351	25.351
Reserva legal	-	-	1.268	-	-	(1.268)	-
Reserva estatutária	-	-	-	18.809	-	(18.809)	-
Juros sobre o capital próprio provisionado	-	-	-	-	-	(5.274)	(5.274)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	(974)	-	(974)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	227	-	227
Saldos em 30 de junho de 2018 (reapresentado)	193.500	-	10.377	34.357	1.108	-	239.342
Mutações no semestre	16.500	(16.500)	1.268	18.809	(747)	-	19.330
Saldos em 31 de dezembro de 2018	193.500	12.800	9.077	-	3.357	-	218.734
Aumento de capital	12.800	(12.800)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	14.372	14.372
Reserva legal	-	-	718	-	-	(718)	-
Reserva estatutária	-	-	-	13.654	-	(13.654)	-
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	1.010	-	1.010
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	191	-	191
Saldos em 30 de junho de 2019	206.300	-	9.795	13.654	4.558	-	234.307
Mutações no semestre	12.800	(12.800)	718	13.654	1.201	-	15.573

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018 (reapresentado)
Lucro líquido ajustado do semestre	11.823	22.202
Lucro líquido do semestre	14.372	25.351
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	(2.549)	(3.149)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8e)	4.011	2.978
Provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.536)	(1.848)
Depreciações e amortizações (nota 24)	726	508
Resultado de participações em controladas (nota 12)	(5.929)	(5.698)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(3.929)	(70)
Outras atualizações monetárias	(70)	(107)
Reversões de depósitos judiciais	208	(107)
Reversão de provisão de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(70)	(340)
Provisões para contingências cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	208	1.334
Provisão para fianças	(97)	94
	(31)	04
Variação de ativos e passivos	(202)	25.355
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(302) 16.082	
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		(62.718) 15.525
(Redução) aumento em relações interfinanceiras e interdependências	(57.580) 109.333	
Redução (aumento) em operações de crédito Redução (aumento) em outros créditos	244.301	(27.427) (209.885)
Redução (aumento) em outros creditos Redução (aumento) em outros valores e bens	749	·
(Aumento) redução em instrumentos financeiros derivativos	1.200	(248) (3.353)
(Redução) em depósitos	(249.808)	(51.175)
(Redução) aumento em outras obrigações	(167.040)	154.933
(Redução) aumento em fiscais e previdenciárias	(18.887)	11.245
(Redução) aumento em captações no mercado aberto	(545.775)	374.341
(Nedução) admento em captações no mercado abento	(343.773)	374.341
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais	(655.904)	248.795
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado de uso	(391)	(193)
Aplicações no intangível	(745)	(173)
Alienações no imobilizado	386	-
Alienações no intangível	-	260
Aplicações em outros investimentos	(378)	(14)
Recebimento de dividendos	38.521	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de investimentos	37.393	(120)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(00 ==0)	222
Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(33.578)	690
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	19.968	(11.054)
Aumento (redução) em dívida subordinada	1.035	2.391
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	(12.575)	(7.973)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(631.086)	240.702
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.459.777	1.382.630
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre (nota 4)	828.691	1.623.332
,	(631.086)	240.702
	(-2)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Paulista ("Banco") é uma sociedade de capital fechado, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte, em operações de câmbio de comércio exterior e financeiro e na prestação de serviços, de custódia e administração de fundos e de estruturação de operações para venda e distribuição.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de sua controlada SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores.

Em virtude do descrito na Nota 2 a seguir, no segundo semestre de 2019 o Banco descontinuou a operação de câmbio e se reestruturou administrativamente e em termos de Governança, dando foco na sua carteira de crédito e prestação de serviços, além de buscar constantemente novas oportunidades de negócios com base nas expectativas de mercado, haja vista possuir estrutura para tanto, que no momento não é possível ser definida pela administração.

Ainda, como estratégia, os sócios decidiram, em fevereiro de 2020, conforme detalhado na Nota 32, por segregar as atividades do Banco e da Socopa, deixando está última de ser subsidiária integral do Banco, sendo que o processo ainda está sob aprovação do Banco Central.

Tendo em vista a relevância dos assuntos mencionados acima, a administração continua adotando medidas imediatas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, sob o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor, quais sejam:

	Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1)	Estrutura Conceitual para Elaboração e	15/12/11	Framework	4.144/12
	Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro			
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	07/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio	07/10/10	IAS 21	4.524/16
	e conversão de demonstrações contábeis			
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	07/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível	02/12/10	IAS 38	4.434/16
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	07/10/10	IAS 24	4.636/18
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa	16/09/09	IAS 8	4.007/11
	e Retificação de Erro			
CPC 24	Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos	16/09/09	IAS 37	3.823/09
	Contingentes			
CPC 27	Ativo Imobilizado	31/07/09	IAS 16	4.535/16
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	13/12/12	IAS 19	4.424/15
CPC 46 `	Mensuração do Valor Justo	07/12/12	IAS 13	4.748/19

- b) As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente e estas demonstrações foram aprovadas em 11 de maio de 2020.
- c) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

- d) Para a conclusão das análises sobre as demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, faz-se necessário mencionar os seguintes fatos que, em sua maioria, já foram objeto de comentário quando da elaboração das demonstrações contábeis de 2018:
 - em 13 de abril de 2018 foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco, sendo que o procedimento se encontra em curso, não sendo de conhecimento, até o momento, manifestação ou de despacho da autoridade. Para 30 de junho de 2019 a assessoria jurídica do Banco relacionada com este processo se posicionou como não havendo informações suficientes para divulgar ou determinar se uma provisão para perdas seria requerida;
 - Em 8 de fevereiro de 2018 teve início o processo de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB) culminando com a autuação do Banco fei no final de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente (vide nota explicativa 17.a e 29.d).
 - Em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Disfarces de Mamom", na qual o Ministério Público Federal e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão.
 - Em dezembro de 2019, conforme nota explicativa 29.d, foi encerrada a fiscalização da RFB.

Considerando os acontecimentos descritos, a Administração destituiu e demitiu diretores e funcionários envolvidos nas denúncias, do Banco decidiu por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por membros do banco e independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo, zelando pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:

- o objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco Paulista e terceiros, considerando todas as empresas constantes dos processos instaurados pelo MFP, Bacen e RFB, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;
- foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
- foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de dados de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outras, bem como a análise de delação em massa;
- foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;
- também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave que faziam parte do quadro à época, de acordo com sua potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de background check as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas;

O relatório, ainda, retrata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:

- revisão do sistema de governança;
- criação de um Canal de Ética;
- contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
- sistema de monitoramento de transações; e
- novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objeto do auto de infração mencionado na nota explicativa 17.a, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão específica, restringida ao departamento de câmbio estando amparado pela investigação independente e seus assessores jurídicos.

Mesmo com a conclusão do processo investigativo, a Administração continua empenhada e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

- O Banco reafirma seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração mantém seu foco na adoção de providências austeras, em especial medidas de fortalecimento da Governança e de *Compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.
- e) De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros (Resolução CMN nº 4007/11) os semestres findos em 30 de junho de 2018 estão sendo reapresentados devido ao reconhecimento dos efeitos dos ajustes de períodos anteriores, originados na atualização de Precatórios Próprios, registrados no Grupo de Outros Créditos.

Os efeitos desta reapresentação estão demonstrados abaixo:

Balanço patrimonial:

	Divulgação Anterior 2018	Ajustes	Saldo Ajustado 2018
Ativo			
Circulante	2.508.942		2.508.942
Realizável a longo prazo	694.442	(4.780)	689.662
Títulos e valores mobiliários	450.422	-	450.422
Operações de crédito	202.049	-	202.049
Outros créditos (nota 10)	41.971	(4.780)	37.191
Permanente	122.525	(942)	121.583
Investimentos	115.436	(942)	114.494
Participações em coligadas e controladas no País	113.616	(942)	112.674
Outros Investimentos	2.072	-	2.072
(-) Provisão para perdas	(252)	-	(252)
Imobilizado de uso	2.399	-	2.399
Intangível	4.690	-	4.690
Total do ativo	3.325.909	(5.722)	3.320.187
Description			
Passivo	0.707.500		0.707.500
Circulante	2.737.528	(0.50)	2.737.528
Exigível a longo prazo	344.273	(956)	343.317
Depósitos	274.406	-	274.406
Recursos de aceites e emissão de títulos	27.128	(0.50)	27.128
Outras obrigações (nota 17c)	42.739	(956)	41.783
Fiscais e previdenciárias	6.929	-	6.929
Dívida subordinada	28.045	(0.50)	28.045
Diversas	7.765	(956)	6.809
Patrimônio líquido	244.108	(4.766)	239.342
Capital social – domiciliado no país	193.500	(4.700)	193.500
Reservas de lucros	49.500	(4.766)	44.734
Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	1.108	- (F 70C)	1.108
Total do passivo	3.325.909	(5.722)	3.320.187

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Demonstração do resultado:

	Divulgação Anterior 2018	Ajustes	Saldo Ajustado 2018
Receitas de intermediação financeira	188.842		188.842
Despesas de intermediação financeira	(85.328)	-	(85.328)
Resultado bruto de intermediação financeira	103.514	-	103.514
Outras receitas (despesas) operacionais	(59.625)	1.799	(57.826)
Receitas de prestação de serviços	31.390	-	31.390
Despesas de pessoal	(29.386)	-	(29.386)
Outras despesas administrativas	(47.948)	-	(47.948)
Despesas tributárias	(8.466)	-	(8.466)
Resultado de participações em coligadas e controladas	5.541	157	5.698
Outras receitas operacionais (nota 23)	3.587	1.642	5.229
Outras despesas operacionais	(14.343)		(14.343)
Resultado operacional	43.889	1.799	45.688
Resultado não operacional	(1.545)		(1.545)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	42.344	1.799	44.143
Imposto de renda e contribuição social (i)	(16.761)	-	(16.761)
Participações dos empregados	(2.031)	-	(2.031)
Lucro líquido do semestre	23.552	1.799	25.351
Lucro por lote de mil ações - R\$	82,57	-	88,88

⁽i) Não ocorreram impactos fiscais decorrentes da reapresentação do resultado.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido:

			Reservas	de lucros			
	Capital social	Aumento De capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste ao valor de mercado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	177.000	16.500	9.438	21.784	1.855	-	226.577
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	23.552	23.552
Aumento de capital	16.500	(16.500)	-	-	-	=	-
Reserva legal	-	-	1.178	-	-	(1.178)	-
Reserva estatutária	-	-	-	17.100	-	(17.100)	-
Juros sobre o capital próprio provisionado	-	-	-	-	-	(5.274)	(5.274)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	(747)	· -	(747)
Divulgação anterior	193.500	-	10.616	38.884	1.108	-	244.108
Ajustes de reapresentação	-	-	(239)	(4.527)	-	-	(4.766)
Saldos em 30 de junho de 2018 - ajustado	193.500	-	10.377	34.357	1.108	-	239.342

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Demonstração dos fluxos de caixa:

	Divulgação Anterior 2018	Ajustes	Saldo Ajustado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido ajustado do semestre	20.560	1.642	22.202
Lucro líquido do semestre	23.552	1.799	25.351
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	(2.992)	(157)	(3.149)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.978	-	2.978
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.848)	-	(1.848)
Depreciações e amortizações	508	- (4.53)	508
Resultado de participações em controladas	(5.541)	(157)	(5.698)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(70)	-	(70)
Outras atualizações monetárias	(107)	-	(107)
Reversão de provisão de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(340)	-	(340)
Provisões para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.334	-	1.334
Provisão para fiança	94	-	94
Variação de ativos e passivos	230.626	(4.033)	226.593
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	25.355	-	25.355
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(62.718)	-	(62.718)
Aumento (redução) em relações interfinanceiras	15.525	-	15.525
(Aumento) em operações de crédito	(27.427)	-	(27.427)
(Aumento) em outros créditos	(207.833)	(2.052)	(209.885)
(Aumento) em outros valores e bens	(248)	-	(248)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros derivativos	(3.353)	-	(3.353)
(Redução) aumento em depósitos	(51.175)	-	(51.175)
Aumento em outras obrigações	168.159	(13.226)	154.933
Aumento em fiscais e previdenciárias	-	11.245	11.245
Aumento em obrigações por operações compromissadas	374.341	-	374.341
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	251.186	(2.391)	248.795
Caixa líquido gerado das atividades de investimentos	(120)	-	(120)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	(10.364)	2.391	(7.973)
Aumento (redução) de obrigações por empréstimos e repasses	690	-	690
(Redução) aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(11.054)	-	(11.054)
(Redução) em dívida subordinada	-	2.391	2.391
Aumento de caixa e equivalente de caixa	240.702		240.702
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.382.630	_	1.382.630
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.623.332	-	1.623.332
	240.702	-	240.702
			-

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) <u>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</u>

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de futuros os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- Operações de swap o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

e) <u>Operações de crédito e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa</u>

As operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso, observada a expectativa do recebimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito com vencimento igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco se utiliza da prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 9.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) <u>Investimentos</u>

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

i) <u>Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses</u>

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

j) <u>Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</u>

Correntes

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até agosto de 2015. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Diferidos

Os tributos diferidos foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os tributos diferidos são calculados sobre adições, exclusões ou resultados temporários a serem realizados quando da utilização e/ou reversão das bases de constituição, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

k) Operações de câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *pro rata* dia), as variações cambiais auferidas, e constituição de perdas estimadas, quando aplicável, nos termos da Resolução nº 2.682/99.

I) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n° 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

<u>Contingências ativas</u> - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

m) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

n) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades - Em moeda nacional	68.329	32.209
Disponibilidades - Em moeda estrangeira	233.276	411.034
Aplicações no mercado aberto (nota 5a)	527.086	1.180.089
Caixa e equivalentes de caixa	828.691	1.623.332

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações no mercado aberto

	201	2018	
	1 a 30 dias	Total	Total
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada:	16.127	16.127	40.158
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	27.757
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.505	1.505	12.401
Notas do Tesouro Nacional - NTN	14.622	14.622	-
Posição financiada:	510.959	510.959	1.139.931
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	652.292
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.496	5.496	487.639
Notas do Tesouro Nacional - NTN	505.463	505.463	-
Total	527.086	527.086	1.180.089

No semestre findo em 30 de junho de 2019, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 35.241 (R\$ 36.906 em 2018).

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2019	2018
Vencimento até 90 dias	1.808	1.406
Vencimento de 90 a 360 dias	-	5.041
Total	1.808	6.447

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 10 (R\$ 693 em 2018).

6. Títulos e valores mobiliários

a) <u>Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação</u>

	2019		2018		
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)	
Títulos para negociação					
Carteira própria - livres	13.932	15.322	39.088	39.917	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	142	143	1.214	1.215	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	386	388	-	-	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	466	557	139	141	
Títulos da Dívida Agrária - TDA	4	3	4	3	
Cotas de Fundos de Investimento	10.263	10.263	13.859	13.859	
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	12.809	12.809	
Ações de Companhias Abertas	635	1.932	1.251	2.078	
Aplicações em TVM no exterior	1.494	1.494	8.462	8.462	
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	542	542	1.350	1.350	
Total de títulos para negociação	13.932	15.322	39.088	39.917	
Títulos disponíveis para venda					
Carteira própria – livres	231.754	232.622	182.223	183.054	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	190.167	190.195	115.156	115.112	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	249	252	5.171	5.043	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	23.749	24.588	39.297	40.306	
Títulos da Dívida Agrária - TDA	25	19	108	96	
Cotas de Fundos de Investimento	17.564	17.568	22.491	22.497	
Vinculados a operações compromissadas	138.682	138.750	204.191	201.677	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	138.682	138.750	99.548	99.643	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	104.643	102.034	
Vinculados à prestação de garantias	101.515	103.875	109.327	110.120	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	89.450	89.458	96.563	96.576	
Cotas de Fundos de Investimento	12.065	14.417	12.764	13.544	
Total de títulos disponíveis para venda	471.951	475.247	495.741	494.851	
Total	485.883	490.569	534.829	534.768	

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

(i) Valor de custo

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço; para as ações, considera-se o custo de aquisição.

(ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações e as debêntures são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As cotas de Fundos são atualizadas pelo valor da cota divulgado pelo Administrador.

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por vencimento

	2019					2018	
	Sem	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 3	Acima de	Total	Total
	vencimento	meses	meses	anos	3 anos	TOTAL	10tai
- 2							
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-		-	143	143	1.215
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	388	-	-	388	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	557	557	141
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	-	2	1	3	3
Ações de Companhias Abertas	1.932	-	-	-	-	1.932	2.078
Aplicações em TVM no exterior	-	1.494	-	-	-	1.494	8.462
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	542	-	-	542	1.350
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	-	-	-	12.809
Cotas de Fundo de Investimento	10.263	-	-	-	-	10.263	13.859
Total de títulos para negociação (i)	12.195	1.494	930	2	701	15.322	39.917
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	601	252.447	165.355	418.403	311.331
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	252	-	-	252	107.077
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	705	23.883	24.588	40.306
Títulos da Dívida Agrária - TDA	_	_	_	2	17	19	96
Cotas de Fundo de Investimento	31.985	-	-	-	-	31.985	36.041
Total de títulos disponíveis para venda (i)	31.985	-	853	253.154	189.255	475.247	494.851
Total	44.180	1.494	1.783	253.156	189.956	490.569	534.768

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, a renda com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 16.891 (R\$ 19.133 em 2018).

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Não houve reclassificação de categoria de títulos nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018.

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam prioritariamente a administrar a sua exposição global de risco.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.

Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 30 de junho de 2019 e 2018, incluído os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

Termos
(NDF)
Total

	201	9		2018			
Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido
272.157	1.383	(362)	1.021	200.581	4.331	-	4.331
272.157	1.383	(362)	1.021	200.581	4.331	-	4.331

a) Composição analítica das operações

Descrição	Valor referencial (em reais)	Valor patrimonial a receber / (a pagar)
Termo		
USD x EUR	63.608	(757)
USD x CAD	4.272	`(92)
USD x AUD	1.779	(34)
USD x GBP	6.578	(45)
USD x JPY	2.412	(13)
USD x CHF	2.957	(59)
USD x NOK	20	` -
USD x NZD	431	(14)
USD x XAU	31.286	(1.140)
USD x MXN	135	· · · · · · · · · · · · · · · ·
Real x USD	158.679	(372)
Total	272.157	(2.526)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

2019					2018
Descrição	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Contratos a termo - NDF	(279)	(2.247)	-	(2.526)	4.331

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.

O Banco possui operações de instrumentos financeiros derivativos efetuadas no mercado futuro - B3, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e possuem em 30 de junho de 2019, o valor referencial de R\$ 310.911 (R\$ 295.113 em 2018), tendo sido apurado um ajuste a receber de R\$ 41 (em 2018 a pagar R\$ 798).

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	49.429	41.697
Cotas de Fundos	14.417	13.544
	63.846	55.241

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, estão demonstrados a seguir:

	2019	2018
Futuros	13.870	(14.668)
Operações a termo - NDF	(1.626)	11.192
	12.244	(3.476)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

8. Operações de crédito

a) Por tipo de operação

		2019	2018
	Operações de crédito: Empréstimos e títulos descontados Financiamentos - Cédulas de crédito à exportação	311.569 126.479 438.048	332.243 139.966 472.209
	Outros créditos: Direitos creditórios sem coobrigação (nota 10)	22.062 22.062	<u>77.288</u>
	Total das operações de crédito	460.110	549.497
	Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa Perdas estimadas com outros créditos de liquidação	(15.226)	(12.432)
	duvidosa	(221)	(781)
	Total das perdas estimadas com créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	(15.447)	(13.213)
		444.663	536.284
b)	Por setor de atividade		
	Onton minute	2019	2018
	Setor privado Indústria Comércio Serviços Pessoas físicas Total	130.094 128.305 188.472 13.239 460.110	191.237 156.228 186.024 16.008 549.497
c)	Por faixa de vencimento		
	_	2019	2018
	Parcelas vencidas Parcelas vincendas	14.665	13.180
	até 90 dias de 91 dias a 180 dias de 181 dias a 360 dias acima de 360 dias Total	89.727 73.317 96.896 185.505 460.110	140.331 77.876 110.598 207.512 549.497

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

d) Composição da carteira por nível de risco

	Saldos da carteira							
		2019		2018				
Nível	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%		
Α	9.421	-	9.421	2,05	10.656	1,94		
В	351.397	2	351.399	76,37	426.661	77,64		
С	67.811	3.894	71.705	15,59	93.976	17,10		
D	3.080	584	3.664	0,80	1.106	0,20		
Ε	13.725	739	14.464	3,14	15.277	2,78		
F	-	8.856	8.856	1,92	360	0,07		
G	-	-	-	-	867	0,16		
Н	11	590	601	0,13	594	0,11		
	445.445	14.665	460.110	100,00	549.497	100,00		

	Provisão						
	2019				2018		
Nível	% de provisão	Curso normal	Vencidas	Total	%	Total	%
Α	0,5	47	-	47	0,30	53	0,40
В	1,0	3.514	-	3.514	22,75	4.267	32,29
С	3,0	2.034	117	2.151	13,93	2.819	21,34
D	10,0	309	58	367	2,37	110	0,83
E	30,0	4.117	222	4.339	28,09	4.583	34,69
F	50,0	-	4.428	4.428	28,67	180	1,36
G	70,0	-	-	-	-	607	4,59
Н	100,0	11	590	601	3,89	594	4,50
	<u>-</u>	10.032	5.415	15.447	100,00	13.213	100,00

e) <u>Movimentação da estimativa com perdas com créditos de liquidação duvidosa</u>

	2019	2018
Saldo no início do semestre	12.662	10.248
Constituições líquidas	4.011	2.978
Baixas de créditos contra prejuízo	(1.226)	(13)
Saldo no final do semestre	15.447	13.213

f) <u>Créditos renegociados e recuperados</u>

Os créditos renegociados, no semestre findo em 30 de junho de 2019, totalizam R\$ 7.282 (R\$ 8.632, em 2018).

Os créditos recuperados, no semestre findo em 30 de junho de 2019, totalizam R\$ 623 (R\$ 460, em 2018).

g) Cessões de crédito

Nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

h) Rendas com operações de crédito

	2019	2018
Empréstimos e títulos descontados	26.779	23.262
Financiamentos	7.812	8.231
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	623	460
Adiantamentos a depositantes	60	99
Total do resultado com operações de crédito	35.274	32.052

9. Carteira de câmbio

Ativo	2019	2018
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	58.699	160.576
Direitos sobre venda de câmbio	44.325	195.293
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	(4.752)	(8.803)
	98.272	347.066
Descine		
Passivo		
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	45.010	195.848
Obrigações por compra de câmbio	47.436	157.692
	92.446	353.540

10. Outros créditos - diversos

	2019	2018
Circulante		
Impostos a compensar	26.443	20.403
Créditos tributários (nota 25b)	2.079	3.747
Devedores diversos no país (ii)	21.825	28.900
Devedores por depósito em garantia (nota 29b)	678	5.231
Títulos e créditos a receber (i)	22.062	77.288
Outros	1.214	1.308
	74.301	136.877
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (nota 25b)	24.260	31.137
Devedores por depósito em garantia (nota 29b)	4.272	5.286
Títulos e créditos a receber (i)	16.226	742
Outros	26	26
	44.784	37.191

⁽i) Inclui o montante de R\$ 22.062 (R\$ 77.288 em 2018) relativo a Direitos Creditórios sem coobrigação (nota 8a);

⁽ii) Recursos antecipados de Câmbio.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

11. Outros valores e bens

	2019	2018
Circulante		
Bens não de uso - Veículos / imóveis / máquinas	1.922	2.914
Despesas antecipadas	594	387
	2.516	3.301

12. Investimentos em controladas e coligadas

Refere-se, substancialmente, a participação na controlada SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.

As principais informações sobre a controlada são as seguintes:

	2019	2018
Quantidade de ações possuídas	3.200	3.200
Capital social	66.000	66.000
Patrimônio líquido inicial	102.892	106.749
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e derivativos	191	227
Dividendos	(38.521)	-
Lucro líquido do semestre	5.929	5.698
Percentual de participação	100%	100%
Patrimônio líquido final	70.491	112.674
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.929	5.698

Conforme nota explicativa nº 32, em 6 de fevereiro de 2020 o Banco reduziu seu capital, dando como pagamento as ações possuídas da Corretora, deixando assim de ser seu Controlador.

13. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	Custo	Amortização	30/06/2019	30/06/2018
Software	20%	4.997	(2.957)	2.040	690
Outros intangíveis (*)	-	4.000	-	4.000	4.000
	-	8.997	(2.957)	6.040	4.690

^(*) Referente à compra de marcas, domínio e endereços eletrônicos, manuais e procedimentos, incluindo todos os direitos autorais para a exploração de novo produto. Em 31 de dezembro de 2018 realizou análise de impairment através de laudo de avaliação, o qual não considera a atual utilização destes direitos, uma vez estarem em fase de estudos sua continuidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

14. Depósitos

			2019			2018
	Sem	1 a 90	91 a 360	Acima de		
	vencimento	dias	dias	360 dias	Total	Total
A vista - Moeda nacional	100.626	-	-	-	100.626	87.563
A vista - Moeda estrangeira	15.064	-	-	-	15.064	52.336
Interfinanceiros	-	83.390	20.691	-	104.081	156.332
A prazo	-	74.923	169.964	313.586	558.473	608.440
	115.690	158.313	190.655	313.586	778.244	904.671

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as despesas com "Depósitos" foram de R\$ 29.643 (R\$ 26.505 em 2018) e as despesas com o "Fundo Garantidor de Crédito" foram de R\$ 537 (R\$ 541 em 2018). (nota 19)

15. Captações no mercado aberto

	2019	2018
Carteira própria		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	138.387	99.410
Letras do Tesouro Nacional - LTN	<u> </u>	99.406
	138.387	198.816
Carteira de terceiros		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	652.292
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.418	487.639
Notas do Tesouro Nacional - NTN	505.462	<u> </u>
	510.880	1.139.931
Total	649.267	1.338.747
IUlai	043.207	1.330.747

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as despesas com "Captações no Mercado aberto" foram de R\$ 37.078 (R\$ 37.653 em 2018). (nota 19)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Obrigações por empréstimos e repasses e Recursos de aceites e emissão de títulos

	2019			2018			
	Sem vencimento	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Obrigações por empréstimos Empréstimos no exterior (i)	-	1.969	-	-	-	1.969	30.227
Obrigações por repasses Repasses do país - Instituições Oficiais (ii)	8.121	-	-	-	-	8.121	8.992
Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por emissões de Letras de Créditos do Agronegócio - LCA							
(iii)	-	4.519	6.057	15.541	40.422	66.539	65.819
Obrigações por emissões de Letras de Créditos Imobiliários - LCI (iv) Obrigações por emissões de Letras	-	78	12.708	-	37.144	49.930	29.357
Financeiras (v)	-	-	-	-	1.043	1.043	-
	8.121	6.566	18.765	15.541	78.609	127.602	134.395

- (i) Os empréstimos no exterior são efetuados com intuito de terem seus recursos destinados a aplicações em operações de câmbio, estão sujeitos a taxas de juros prefixadas. A taxa praticada foi de 4,5% a 4,75% ao ano, dependendo dos volumes, prazos e condições de mercado;
- (ii) Repasses do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH;
- (iii) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A taxa praticada foi de 95% a 100% do CDI;
- (iv) Referem-se as Letras de Créditos Imobiliários com o acionista majoritário do Banco;
- (v) Referem-se as Letras Financeiras (LF). A taxa praticada foi de 115,50% do CDI com vencimento em 08/11/2021.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as despesas com "Recursos de Aceites e emissão de Títulos" foram de R\$ 3.199 (R\$ 3.151 em 2018). (nota 19)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

17. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Circulante Impostos e contribuições a recolher (i)	8.717	4.146
Impostos e contribuições sobre os lucros	-	12.079
•	8.717	16.225
	_	
Exigível a longo prazo Impostos e contribuições a recolher (i)	35.497	-
Provisão para Impostos e contribuições diferidos (nota 25b)	5.548	6.929
	41.045	6.929

(i) Referem-se a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF, no valor de R\$ 39.621, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos, que à época somou R\$ 55.586, conforme apresentado na nota explicativa nº 29.d. O débito foi objeto de parcelamento em 60 meses formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.

b) <u>Dívidas subordinadas</u>

	2019	2018
Circulante Dívidas subordinadas elegíveis à capital (i)	-	39.753
Exigível a longo prazo		
Dívidas subordinadas elegíveis à capital (i) (nota 26)	30.095	28.045
	30.095	67.798

⁽ii) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com a Resolução nº 4.192/13, com prazo total de 6 anos. A taxa remuneratória desta operação é de 115,00% do CDI.

No semestre findo em 30 de junho de 2019, as despesas com "Dívidas Subordinadas" foram de R\$ 1.072 (R\$ 2.390 em 2018). (nota 19)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

c) <u>Diversas</u>

	2019	2018
Circulante		
Provisões para pagamentos a efetuar	14.715	16.461
Provisões para fianças prestadas (nota 28)	777	687
Pendências a regularizar - Câmbio	3.242	7.478
Corretagens a creditar - Câmbio	1.000	2.316
Encargos sobre recursos recebidos - PSH	9	95
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	834
Outros valores a pagar	263	283
	20.006	28.154
Exigível a longo prazo		
Provisões para pagamentos a efetuar	109	148
Provisões para passivos contingentes (nota 29b)	2.977	6.661
	3.086	6.809

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 13 de dezembro de 2017, Assembleia Geral Extraordinária deliberou a elevação do Capital Social de R\$ 177.000 para R\$ 193.500, com integralização em dinheiro pelos acionistas no montante de R\$ 16.500, correspondentes à emissão de 8.250.000 ações ordinárias e 8.250.000 ações preferencias, sem valor nominal, todas nominativas. Esse aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2018.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2018 foi deliberada a elevação do Capital Social de R\$ 193.500 para R\$ 206.300, com integralização em dinheiro pelos acionistas no montante de R\$ 12.800, correspondentes à emissão de 6.400.000 ações ordinárias e 6.400.000 ações preferencias, sem valor nominal, todas nominativas. Esse aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2019.

Em 30 de junho de 2019 o capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 206.300 (R\$ 193.500 em 2018), é representado por 298.031.760 ações nominativas (285.231.760 em 2018), sem valor nominal, divididas em 149.015.880 (142.615.880 em 2018) ações ordinárias e 149.015.880 (142.615.880 em 2018) ações preferenciais.

b) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. No primeiro semestre de 2019 não foram pagos ou destinados dividendos ou juros sobre o capital próprio por decisão da Administração, que optou por faze-lo quando da apuração do resultado do exercício, momento em que fará a destinação total do resultado.

d) Reserva estatutária

O lucro remanescente, após destinação da Reserva Legal, foi destinado em sua totalidade para a Reserva Estatutária, tendo em vista a Administração entender adequada a retenção de lucros em função do momento conturbado, conforme descrito na Nota 2.

19. Despesas de captação no mercado

	2019	2018
Depósitos a prazo (nota 14)	22.783	20.973
Captações no mercado aberto (nota 15)	37.078	37.653
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC (nota 14)	537	541
Depósitos interfinanceiros (nota 14)	4.794	5.532
Letras financeiras (nota 17b e 26)	1.072	2.390
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (nota 16 e 26)	2.337	2.139
Letras de Créditos Imobiliários - LCI (nota 16 e 26)	862	1.012
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras	2.066	
	71.529	70.240

20. Receitas de prestação de serviços

	2019	2018
Tarifas de operações de câmbio	1.921	2.248
Tarifas de serviços bancários	29.476	28.301
Serviços de custódia	562	448
Tarifa de administração de fundos de investimento	-	125
Outros serviços	171	268
	32.130	31.390

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

21. Despesas de pessoal

	2019	2018
Proventos	15.699	11.889
Encargos sociais	9.231	7.233
Benefícios	4.011	3.575
Honorários	11.145	6.004
Treinamentos	624	645
Remuneração de estagiários	45	40
	40.755	29.386

22. Despesas administrativas

	2019	2018
Transportes de numerários – Câmbio	24.361	28.863
Transportes de numerários - Outros	1.048	1.029
Serviços técnicos especializados	8.338	5.758
Processamento de dados	8.406	4.314
Aluguéis	1.973	1.655
Sistema financeiro	4.862	1.866
Comunicações	784	547
Serviços de terceiros	530	707
Emolumentos cartorários	591	648
Serviços de vigilância e segurança	122	97
Materiais	155	122
Propaganda e publicidade	40	3
Outras	3.004	2.339
	54.214	47.948

23. Outras receitas operacionais

	2019	2018
Rendas de garantias prestadas	206	166
Variações monetárias ativas	1.183	669
Juros sobre precatórios do tesouro nacional	1.630	1.665
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	67	70
Variações monetárias sobre garantias	-	107
Recuperação de encargos e despesas	689	703
Reversão de provisões de despesas	122	480
Reversão de provisões de processo RFB - Juros	820	-
Reversão de provisões para riscos fiscais	1.476	-
Reversão de provisões de fianças	2	-
Juros sobre capital - Ações	20	32
Receitas de verbas indenizatórias previdenciárias	-	1.031
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras	5.805	-
Variações cambiais com empréstimos no exterior	2.078	-
Outras	82	306
	14.180	5.229

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

24. Outras despesas operacionais

	2019	2018
Consultorias para operações de crédito	5.740	6.102
Despesas com operações de ouro	783	1.182
Provisão para perdas com clientes	17	1.054
Despesas com recuperações de contratos de CDC	965	1.311
Variação cambial	563	-
Cartão pré-pago	457	380
Amortizações e depreciações	726	508
Tarifas interbancárias	144	491
Despesas financeiras - PSH	245	111
Atualizações monetárias de impostos e contribuições	661	139
Provisões para contingências cíveis e trabalhistas (nota 29)	596	1.294
Comissões sobre contratos de financiamentos	24	2
Assessoria financeira - Câmbio fácil	-	41
Provisão sobre fianças prestadas	99	-
Multas - CVM	3.073	5
Despesas com atualizações de precatórios	1	1.607
Outras	187	116
	14.281	14.343

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2019	2018
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	23.803	44.143
(-) Juros sobre capital próprio (nota 18c)	-	(5.274)
(-) Participações nos lucros	(3.759)	(2.031)
Resultado antes da tributação e depois das participações	20.044	36.838
Adições e exclusões temporárias	3.841	4.106
Ajuste ao mercado de títulos e valores mobiliários	1.278	125
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.011	2.978
Provisão para riscos fiscais	(1.782)	131
Outras adições e exclusões temporárias	334	872
Adições e exclusões permanentes	(872)	994
Equivalência patrimonial da controlada	(5.929)	(5.698)
Outras adições e exclusões permanentes	5.057	6.692
Base de cálculo	23.013	41.938
Imposto de renda / Contribuição social	7.346	18.860
Deduções - Incentivos fiscais	(138)	(251)
Imposto de renda e contribuição social (*)	7.208	18.609
Ativo fiscal diferido	(1.536)	(1.848)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.672	16.761

^(*) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social de acordo com a Lei nº 13.169/15.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

b) Créditos tributários

As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

<u>-</u>	2019	2018
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	36.913	35.091
Provisão para riscos fiscais e contingências	10.039	16.203
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	(9.123)	4.443
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	7.533	7.533
Outras	6.619	6.619
_	51.981	69.889

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

	31/12/2017	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2018
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	12.696	1.711	(371)	14.036
Provisão para riscos fiscais e contingências Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação /	6.030	451	-	6.481
Disponível para venda	923	1.498	(644)	1.777
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	3.013	-	-	3.013
Outras	2.648	-	-	2.648
Total dos Créditos Tributários (*)	25.310	3.660	(1.015)	27.955

	31/12/2018	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2019
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11.802	2.962	-	14.764
Provisão para riscos fiscais e contingências	1.966	2.629	(580)	4.015
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação /				
Disponível para venda	501	-	(4.150)	(3.649)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	3.013	-	-	3.013
Outras	2.648	-	-	2.648
Total dos Créditos Tributários (*)	19.930	5.591	(4.730)	20.791

(*) Os cr	ráditae trib	nutárine e	ão compo	etne dne	sequintes v	valores.

	2019	2018
Outros créditos diversos - Créditos tributários (nota 10)	26.339	34.884
Outras obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota		
17a)	(5.548)	(6.929)
Total dos Créditos Tributários	20.791	27.955

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2019 é de R\$ 19.406, tendo sido utilizadas as taxas do CDI/B3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

_	2019	2020	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.476	13.288	14.764
Provisão para riscos fiscais e para contingências	401	3.614	4.015
Ajuste a valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	(365)	(3.284)	(3.649)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	301	2.712	3.013
Outras	266	2.382	2.648
Total	2.079	18.712	20.791
Valor Presente	1.953	17.453	19.406

26. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos à vista	(15.684)	(6.015)	-	-
Disponibilidade em moedas estrangeiras	(1.056)	(3.204)	-	-
Depósitos a prazo	(118.573)	(108.457)	(5.634)	(3.904)
Depósitos interfinanceiros	(102.267)	(141.058)	(4.334)	(4.230)
Captações no mercado aberto	(20.450)	· -	(874)	(952)
Valores a pagar a Sociedade Ligada	2.059	(834)	•	· -
Devedores - Conta liquidações pendentes	41		-	-
Letra financeira - Dívida subordinada (nota 17b)	(30.095)	(28.045)	(1.035)	(989)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI (nota 16 e 19)	(49.930)	(29.357)	(862)	(1.012)
Letra de Créditos Agronegócio - LCA (nota 16 e 19)	(64.137)	(62.478)	(2.238)	(2.036)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2019	2018
Remuneração fixa Encargos sociais	11.145 2.508	6.004 1.351
Total	13.653	7.355

O Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoalchave da Administração.

27. Gerenciamento de riscos

Apetite de Risco

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Riscos e Controles e do Chief Risk Officer (CRO).

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados ao Comitê de Riscos e Controles e ao Conselho de Administração, que orientaram a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do Banco Paulista e Socopa.

Há uma estrutura de gestão e controle dos riscos centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar os riscos.

O Banco utiliza três componentes para a organização das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos: contexto operacional e de negócio; estrutura de governança; e organograma funcional das áreas.

- Contexto operacional e de negócio, com o objetivo de identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar riscos;
- Estrutura de governança, composta por comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, com formalização das decisões relevantes; e
- Estrutura organizacional, que tem por base a definição de atribuições específicas, que asseguram segregação e independência de funções.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, das necessidades mínimas de capital e da capacidade financeira da instituição. Os riscos são decompostos segundo sua natureza: de liquidez; de crédito; de mercado; operacional; e gestão de capital.

Tipos de Riscos:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez tem origem da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e define o volume de 'colchão' de segurança, ou liquidez mínima, que deve ser constituído e mantido pela Instituição.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo o provimento de *funding* e a gestão das aplicações e captações nos horizontes de curto e de longo prazos. No horizonte de curto prazo, é priorizada a diversificação de fontes de captação. No horizonte de longo prazo, é priorizado o casamento temporal entre captações e aplicações. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito tem origem na perda do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e o *rating* de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e constituindo garantias para fazer frente e permitir a cobertura das eventuais perdas potenciais pela Instituição.

O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo a prévia avaliação do grau de risco, o acompanhamento da diversificação e a constituição suficiente de garantias, que possibilitem a minimização de perdas financeiras incorridas pela Instituição. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

c) Risco de Mercado

O risco de mercado tem origem na possibilidade de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela instituição financeira. Essas perdas podem ser sujeitas à paridades cambiais, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de riscos busca balancear seus objetivos de negócio, na carteira Banking e Trading, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira e a capacidade de atuar em mercados específicos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

d) Risco Operacional

O risco operacional tem origem em fraudes, internas ou externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição e as falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. Para fazer frente a este risco, o Banco compila e categoriza periodicamente estes eventos, monitorando a eficácia dos planos de melhoria adotados para minimizar a sua recorrência.

O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo a captura organizada de informações sobre as fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e a adoção de planos de melhoria correspondentes. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

e) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital conta com processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da Instituição, incluindo o planejamento e a projeção de metas de necessidade de capital, consistentemente com o plano orçamentário e as metas e estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura dos riscos decorrentes.

Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, subdividindo-se em Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II (Instrumentos Híbridos), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para este fim, e que possibilitem a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. As práticas adotadas estão aderentes à Resolução 4.557/17 do CMN.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

28. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, incluindo as coobrigações sobre créditos cedidos, em 30 de junho de 2019, correspondiam a R\$ 24.108 (R\$ 22.993 em 2018), com provisão constituída para possíveis perdas, no montante de R\$ 777 (R\$ 687 em 2018).

29. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, não existem ativos contingentes contabilizados.

b) <u>Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações</u> legais

b.1) Provisões trabalhistas

São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

b.2) Provisões cíveis

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de CDC sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. Para os processos relacionados a operações de CDC, cujos valores não são individualmente relevantes, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados. A média histórica de perdas é revisada a cada seis meses. Para os demais processos cíveis, são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

b.3) Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pela Emenda Constitucional 10/96, que visa assegurar (i) o direito ao recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculada à mesma alíquota aplicável as demais empresas não pertencentes ao seguimento financeiro; e (ii) afastar a exigência da CSLL sobre os lucros calculada à alíquota de 30% no período compreendido entre 01/01/1996 e 07/06/1996, durante o qual a empresa calculou e recolheu a CSLL à alíquota de 18% com base na Lei nº 9.249/95.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas nos semestres, estão a seguir apresentadas:

Provisão para contingências								
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2019	2018			
Saldo no início do semestre	571	995	2.666	4.232	5.796			
Constituições	324	272	-	596	1.290			
Realizações	-	(236)	(1.476)	(1.712)	(8)			
Atualizações	-	` -	39	39	· -			
Reversões	(10)	(188)	-	(198)	(417)			
Honorários	•	20	-	20	` -			
Saldo no final do semestre	885	863	1.229	2.977	6.661			

Depósitos judiciais									
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	2019	2018			
Saldo no início do semestre	80	895	4.206	7	5.188	11.395			
Atualizações	-	-	67	-	67	177			
Constituições	10	3	-	-	13	307			
Reversões	(17)	(81)	(44)	-	(142)	(1.362)			
Levantamentos	(29)	(147)	-	-	(176)	-			
Saldo no final do semestre	44	670	4.229	7	4.950	10.517			

c) <u>Passivos contingentes classificados como perdas possíveis</u>

Em 30 de junho de 2019 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 19 processos (40 processos em 2018) de natureza cível que somam R\$ 7.966 (R\$ 12.518 em 2018), e 5 processos (8 processos em 2018) de natureza trabalhista que somam R\$ 430 (R\$ 734 em 2018) e 18 processos (15 processo em 2018) de natureza fiscal que somam R\$ 4.322 (R\$ 3.861 em 2018), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras;
- Ações trabalhistas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Além dos processos citados acima, em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R\$ 32.761, as quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco. No mesmo Auto, a fiscalização também glosou despesas no montante R\$ 62.413, para as quais a avaliação de probabilidade de perda é remota, amparada por dois pareceres de assessores jurídicos, bem como pelo resultado da investigação independente descrita na nota explicativa 2.d, que não identificou irregularidades para estas despesas. Para ambos os casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.

d) Órgãos reguladores

Há um processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, em curso no Banco Central em fase inicial, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco, o qual, conforme nota explicativa nº 2 e ainda não é possível determinar seu estágio e necessidade de reconhecimento de eventuais provisões.

30. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

RWA e Índice Basiléia	30/06/2019	30/06/2018
PR	235.901	245.516
PR nível I	217.844	228.689
Capital Principal	217.844	228.689
PR nível II	18.057	16.827
RWA Cpad - Crédito	739.768	882.532
RWA Cam - Câmbio	43.436	12.393
RWA Trading - Juros, Commodities, Ações	1.403	515
RWA Opad - Operacional	611.982	443.466
RWA - Total	1.396.589	1.338.906
<u>-</u>		
PR Mínimo	111.727	115.481
_		
Índice de Basiléia (PR / RWA Total)	16,89%	18,34%
Índice Nível I (PR nível I / RWA Total)	15,60%	17,08%
Índice Capital Principal (CP / RWA Total)	15,60%	17,08%

O índice da Basiléia, para a data-base de 30 de junho de 2019, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, é de 16,89% para o Conglomerado Financeiro.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

31. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

32. Eventos subsequentes

Reorganização societária

Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco Paulista para deliberarem sobre a "reorganização societária" do Banco, reduzindo o seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da SOCOPA – sociedade Corretora Paulista S.A. ("Socopa") aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco Paulista.

A finalidade da redução de capital social é tornar as estruturas societárias do Banco Paulista e da Socopa independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Socopa para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:

- A Socopa reduziu seu Capital, no montante de R\$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco Paulista de recursos em valor equivalente;
- O Banco Paulista, reduziu o Capital Social em R\$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Socopa aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco Paulista;
- Foi deliberado o aumento de capital social do Banco Paulista, no montante de R\$ 38.000 a ser subscrito integralmente pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional.

Estas deliberações estão em fase de homologação pelo Banco Central.

Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

O Banco, em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção do COVID-19.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema *home office* e reuniões não presenciais.

A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.

Reconhece que, apesar das limitações atuais para se quantificar os impactos financeiros, dada a imprevisibilidade das consequências que afetarão o mercado, está preparada para os desafios pois apresenta uma situação de solidez confortável, representada pelos seus índices econômicos.